



# ESTALEIROS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.628.613/0001-42

## Relatório da Administração 2019

Senhores sócios, fornecedores, instituições financeiras, parceiros e clientes, A Diretoria da Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR" ou "Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019.

### Balanco patrimonial em 31/12/2019 e 2018 - Em milhares de Reais

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	7.691	7.593	Partes relacionadas (Nota 10)	47.206	44.297
Contas a receber (Nota 4)	113.805	52.102	Fornecedores (Nota 11)	15.203	7.137
Estoque (Nota 5)	84.968	735	Obrigações com terceiros (Nota 5)	76.506	-
(-) Provisão para Perdas	(735)	(735)	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 12)	10.544	3.575
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	25.451	22.094	Tributos a recolher (Nota 13)	3.038	446
Impostos a recuperar (Nota 7)	70.111	61.275	Adiantamento de clientes (Nota 14)	67.003	-
Outros ativos	3.173	3.917	Provisões (Nota 15)	32.504	30.152
	<b>304.464</b>	<b>146.981</b>	Arrendamentos (IFRS 16) (Nota 16)	41	-
				<b>252.045</b>	<b>85.607</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Outros ativos	662	679	Partes relacionadas (Nota 10)	1.203.515	1.180.062
			Provisões (Nota 15)	25.860	7.779
			Arrendamentos (Nota 16)	8	-
				<b>1.229.383</b>	<b>1.187.841</b>
Investimentos			<b>Patrimônio líquido (Nota 17)</b>		
Imobilizado (Nota 8)	309.444	317.687	Capital social	57.749	57.749
Intangível (Nota 9)	52	160	Adiantamento para futuro aumento de capital	3.279	3.279
	<b>309.496</b>	<b>317.847</b>	Prejuízos acumulados	(927.834)	(868.969)
	<b>614.622</b>	<b>465.507</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(866.806)</b>	<b>(807.941)</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>614.622</b>	<b>465.507</b>

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto Operacional:** A Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR") foi constituída em 06/06/2008, com sede social em São José do Norte/RS, tendo por objeto social as seguintes principais atividades: (a) A construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo; (b) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (*offshore*) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; (c) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás. A EBR é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão). Em 01/12/2014, a EBR assinou Contrato de Uso Temporário nº 589/2014 - SUPRG com a Superintendência do Porto do Rio Grande, com o prazo de 60 meses, para implantação do estaleiro e início das atividades. Em 03/07/2019, a EBR firmou novo Contrato de Cessão de Uso Oneroso nº 1012/2019 com a Superintendência do Porto do Rio Grande, pelo prazo de 20 anos, em conformidade com o que preceitua o Art. 17, Seção III - Do Contrato, da Portaria nº 409, de 27/11/2014, da Secretaria de Portos da Presidência da República, podendo ser prorrogado uma única vez, no máximo por igual período. Em 16/12/2011 foi emitida Licença Prévia LP nº 1433 / 2011-DL pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS - FEPAM, válida para o período de 16/12/2011 a 15/12/2015. A Licença de Instalação LI nº 848/2014-DL foi emitida em 13/07/2014 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS - FEPAM, válida para o período de 13/07/2014 a 13/07/2015. Em 16/12/2015 foi emitida nova licença de instalação, LI nº 838/2015-DL, válida até 14/07/2018 e em 18/12/2015 foi emitida licença de operação, LO nº 8487/2015-DL, vigente até 18/12/2019. Em 21/08/2019 foi aberto processo de renovação da Licença de Operação através do Processo Administrativo nº 072812-05677/19-3 - LO. A EBR encontra-se devidamente licenciada até terminadas as etapas de validação do novo processo administrativo pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS - FEPAM. Até a data da emissão destas demonstrações financeiras, o referido processo administrativo ainda encontra-se em trâmite. Em 11/04/2013, a EBR assinou contrato com a Petrobrás Netherlands BV, subsidiária da Petrobras, no valor de US\$ 736.178, para a produção de uma plataforma flutuante de produção e armazenagem ("FPSO - Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada Petrobras 74 ("P-74"). O prazo contratual para entrega final é de 1260 dias contados a partir da data da autorização para início ("Notice to Proceed"). Em 04/12/2013, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 1 que cede parte do contrato à Toyo Japão, no valor de US\$ 14.460. Em 08/09/2016, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 6, que acrescenta ao contrato original o valor de US\$ 57.446, e estende o prazo de entrega em 487 dias. Em 21/02/2017, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 7, que acrescenta ao contrato original o valor de US\$ 25.595 e estende o prazo de entrega em 32 dias. Em 20/03/2017, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 8, que acrescenta ao contrato original o valor de US\$ 61.372. Em 19/06/2017, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 9, que acrescenta ao contrato original o valor de US\$ 7.121. Em 11/08/2017, a EBR assinou com a Petrobrás Netherlands BV o aditivo de contrato nº 10, que acrescenta ao contrato original o valor de US\$ 69.186, e estende o prazo de entrega em 129 dias. No dia 08/02/2018 foi emitida a NF de Exportação referente à venda da unidade Petrobras 74 ("P-74") objeto principal do contrato vigente com o cliente Petrobras Netherlands BV. No dia 23 de fevereiro a P74 deixa o cais do EBR em direção à bacia de Campos, dando por concluída, de forma antecipada, a fase de construção (onshore). Inicia-se a partir de então a fase de cobertura, acompanhamento e garantia (offshore) para o início das operações pelo período de 270 dias, ainda objeto do contrato original. Em 18/04/2019, a EBR assinou contrato com a MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd, no valor original de R\$ 950, para reparos na torre de flare e conversão do tanque vazio a bordo da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Cidade de Caraguatuba MV27. Em 24/05/2019, a EBR assinou contrato com a MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd, no valor original de R\$ 95.000, para a fabricação dos módulos topside 6P1 e 7P1 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Guanabara MV31, com entrega concluída em 23/01/2020. Em 30/09/2019, a EBR assinou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, no valor original global de R\$ 28.147, para fornecimento de bens e prestação de serviços de garantia de integridade do sistema de alívio das plataformas P-74, P-75, P-76 e P-77, com prazo de conclusão de 180 dias. Adicionalmente, conforme divulgado na nota 26 de Eventos Subsequentes, em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando os possíveis impactos deste surto na posição patrimonial e financeira da Companhia, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, que considera premissas relevantes, como por exemplo, a estimativa de volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano e a postergação ou atraso na execução dos contratos vigentes de longo prazo. Tais premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, considerando especificamente as incertezas relacionados ao surto do COVID-19, como também as medidas tomadas pela Companhia para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota 26 de eventos subsequentes. Com base nesta avaliação, mesmo considerando a imprevisibilidade da evolução do surto, a Administração concluiu que inexistem impactos relevantes à capacidade da Companhia em continuar operando, e com isso, o pressuposto de continuidade operacional ainda é válido. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nesta premissa.

**2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas Notas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas Notas abaixo.

**a) Mensuração:** As demonstrações financeiras da Empresa, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**b) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações financeiras, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da EBR é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras, e estão apresentadas em milhares de reais

**d) Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da EBR em 30/03/2020, considerando os eventos subsequentes até esta data.

### 2.2 Principais práticas contábeis adotadas:

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A empresa considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b) Reconhecimento da receita e dos custos nos contratos de longo prazo:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

**c) Reconhecimento de arrendamentos (IFRS 16):** A Companhia identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos.

**d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

**e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da Empresa é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerais em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor.

**f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

**g) Tributação: IRPJ e CSLL - corrente.** O IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as incluições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente são reconhecidos com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada por estudos e projeções. No encerramento das demonstrações financeiras, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias foram reconhecidos nos ativo e passivo não circulante, os créditos decorrentes de prejuízos fiscais não foram reconhecidos, pois atualmente não há expectativa de realização futura de curto prazo.

**h) Impostos sobre vendas:** As outras receitas de vendas no mercado nacional estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas em outras receitas na demonstração do resultado. As receitas de exportação inerentes a operação da EBR (nota 18) não estão sujeitas aos impostos e contribuições destacados acima.

**i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Não foram identificados nas demonstrações financeiras de 2019 e 2018 ajustes a serem contabilizados referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. As benfeitorias em propriedade de terceiros (Cais - Estaleiro) foram amortizadas pelo prazo de 60 meses, conforme Contrato de Uso Temporário nº 589/2014 - SUPRG com a Superintendência do Porto do Rio Grande. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

### Demonstração do resultado e dos resultados abrangentes

Em 31/12/2019 e 2018 - Em milhares de Reais		
	2019	2018
<b>Operações continuadas</b>		
Receita líquida (Nota 18)	145.319	220.704
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	(103.698)	(87.794)
<b>Lucro bruto</b>	<b>41.621</b>	<b>132.910</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(13.407)	(27.588)
<b>Lucro operacional</b>	<b>28.214</b>	<b>105.322</b>
Despesas financeiras	(281.927)	(336.415)
Receitas financeiras	194.948	200.286
Resultado financeiro, líquido (Nota 21)	(86.979)	(136.129)
Outras receitas (despesas) operacionais	800	(2.243)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(57.965)</b>	<b>(33.050)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 22)	(900)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.484
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(58.865)</b>	<b>(27.566)</b>
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>		
Prejuízo do exercício	(58.865)	(27.566)
Resultado abrangente do exercício	(58.865)	(27.566)

### Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Em 31/12/2019 e 2018 - Em milhares de Reais			
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Em 01/01/2018</b>	<b>57.749</b>	<b>(841.403)</b>	<b>(780.375)</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	(27.566)	(27.566)
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>57.749</b>	<b>(868.969)</b>	<b>(807.941)</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	(58.865)	(58.865)
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>57.749</b>	<b>(927.834)</b>	<b>(866.806)</b>

### Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31/12/2019 e 2018 - Em milhares de Reais		
	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício antes do IR e da CS</b>	<b>(57.965)</b>	<b>(33.050)</b>
Depreciação	12.248	13.468
Amortização	108	285
Baixa de imobilizado	257	6.381
Provisões	20.433	(17.990)
	<b>33.046</b>	<b>2.144</b>

### Varições nos ativos e passivos

Contas a receber	(61.703)	2.274.861
Estoques	(7.727)	-
Adiantamento a fornecedores	(3.357)	4.858
Impostos a recuperar	(8.836)	(57.687)
Outros créditos	761	29
Fornecedores	8.066	(28.596)
Adiantamento de clientes	67.003	(2.267.787)
Obrigações trabalhistas	6.969	(12.740)
Arrendamentos (IFRS 16)	49	-
Impostos a recolher	1.692	(2.205)
	<b>2.917</b>	<b>(89.267)</b>
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<b>(22.002)</b>	<b>(120.173)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**  
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível (4.262) (1.020)  
**Caixa aplicado nas atividades de investimentos**  
**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**  
Múltiplos a pagar de partes relacionadas 26.362 112.682

**Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos**  
**Fluxo de caixa do exercício**  
**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício**  
**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício**

**j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

**k) Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido "pro rata temporis". Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de liberação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto. A empresa reconhece como arrendamento financeiro os contratos nos quais detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, com preço de aquisição fixado e valor residual inferior ao valor de mercado, sendo capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

**l) Provisões:** A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**m) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:		
	2019	2018
Caixa	20	15
Bancos	2.153	5.006
Aplicações financeiras	5.518	2.572
	<b>7.691</b>	<b>7.593</b>

Em 2019, as aplicações financeiras estão efetuadas em Operação Compromissada junto ao Banco Santander, com remuneração de 65% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com isenção de IOF - Imposto sobre Operação Financeira.

4. Contas a Receber:		
	2019	2018
<b>Circulante</b>		
FSPQ P-74 (ii)	142	51.607
FSPQ P-74 (i)	26.350	191
MV31 (i)	81.892	-
BDV (ii)	5.421	-
Outros (ii)	-	304
	<b>113.805</b>	<b>52.102</b>

(i) Saldo de reconhecimento receita de contratos de construção de longo prazo. (ii) Saldo de contas a receber.

**5. Estoques:** Em 2019, a EBR possui o saldo de R\$ 84.968 (R\$ 735 - 2018) de estoque de materiais, dos quais R\$ 76.506 referem-se à rubrica de estoques de terceiros em nosso poder (MODEC MV31), cuja contrapartida encontra-se devidamente registrada no passivo circulante em obrigações com terceiros.

6. Adiantamentos a Fornecedores:		
	2019	2018
Fornecedores nacionais	9.451	6.042
Fornecedores estrangeiros	16.000	16.052
	<b>25.451</b>	<b>22.094</b>

7. Impostos a Recuperar:		
	2019	2018
IRRF	218	420
IRPJ e CSLL	408	2.971
REINTEGRA	-	56.523
PIS e COFINS	69.150	-
Outros Impostos	335	1.361
	<b>70.111</b>	<b>61.275</b>

Em 03/07/2018, a EBR submeteu PER/DCOMP no valor de R\$ 56.523, em aplicação ao benefício do REINTEGRA - Lei nº 13.043, de 13/11/2014, no montante de 2% sobre o valor de exportação realizada no dia 08/02/2018 relativo à venda da unidade Petrobras 74 ("P-74"), objeto principal do contrato vigente (nota explicativa 1) com cliente Petrobras Netherlands BV. Em 8/02/2019 a referida PER foi totalmente deferida pela RFB, e em **continua...**



# ESTALEIROS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.628.613/0001-42

...continuação

22/04/2019, o valor foi inteiramente recebido em caixa. Em 2019, a EBR reconheceu créditos de PIS e COFINS apurados extemporaneamente, no montante de R\$ 67.863, submetendo de imediato os respectivos PERDCOMP. Ato contínuo, a EBR protocolou junto à Receita Federal do Brasil solicitação de ressarcimento via Fast Track, conforme dispõe o Ato Declaratório Executivo COAEF nº 01/2017. Em evento subsequente, em 31/03/2020, a EBR recebeu a quantia de R\$ 32.137 referente 50% do pleito objeto do referido pedido.

## 8. Imobilizado:

Custo	2018	Adições	Baixas	Transfe- rências entre contas	2019
Terrenos	54.823	-	-	-	54.823
Veículos	2.771	-	-	-	2.771
Máquinas e Equipamentos	68.083	2.643	(27)	(1)	70.699
Móveis e Utensílios	1.909	15	-	-	1.924
Equipamentos de Informática	4.731	50	-	(7)	4.774
Outras Instalações de Campo	5.713	701	(237)	7	6.184
Prédios - Estaleiro	225.618	-	-	-	225.618
Benfeitorias em propriedade de terceiros (Cais - Estaleiro)	137.675	-	-	-	137.675
Direito de Uso (IFRS 16)	-	49	-	-	49
Imobilizado em andamento	8	804	-	-	812
<b>Total do Custo</b>	<b>501.331</b>	<b>4.262</b>	<b>(263)</b>	<b>(1)</b>	<b>505.329</b>

Depreciação	Taxas	2018	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rências entre contas	2019
Veículos	20%	(2.354)	(261)	-	-	(2.615)
Máquinas e Equipamentos	10% a 20%	(17.240)	(4.855)	-	-	(22.095)
Móveis e Utensílios	10% a 20%	(998)	(178)	-	-	(1.176)
Equipamentos de Informática	20%	(3.660)	(563)	-	-	(4.223)
Outras Instalações de Campo	15% a 20%	(3.392)	(609)	6	1	(3.994)
Prédios - Estaleiro	2% a 4,5%	(18.323)	(5.782)	-	-	(24.105)
Benfeitorias em propriedade de terceiros (Cais - Estaleiro)	20%	(137.677)	-	-	-	(137.677)
<b>Total da Depreciação</b>		<b>(183.644)</b>	<b>(12.248)</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>(195.885)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>317.687</b>	<b>-</b>	<b>(257)</b>	<b>-</b>	<b>309.444</b>

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2019 e 2018, a EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (*impairment*) para seus ativos concluindo pela manutenção dos valores de registro.

## 9. Intangível:

Custo	2018	Adições	Baixas	2019
Software e licença de Uso	1.602	-	-	1.602
<b>Amortização</b>	<b>2018</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>2019</b>
Software e licença de Uso	(1.442)	(108)	-	(1.550)
<b>Saldo líquido</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>1.409</b>	<b>52</b>

## 10. Partes Relacionadas:

Contas a pagar	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Toyo Engineering Japan	(ii) 1.525	1.440
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.	(iii) 45.681	42.857
	<b>47.206</b>	<b>44.297</b>

Não circulante	2019	2018
Toyo Engineering Japan	(i) 1.203.515	1.174.423
PPI Projeto Plantas Industriais Ltda.	(i) -	5.639
	<b>1.203.515</b>	<b>1.180.062</b>
	<b>1.250.721</b>	<b>1.224.359</b>

(i) Operações de mútuo. (ii) Operações de compra de equipamentos, contratação de serviços e garantias. (iii) Operações de mútuo R\$ 41.736 (R\$ 42.711 - 2018). Despesas operacionais compartilhadas R\$ 3.945 (R\$ 146 - 2018).

Receitas/(Despesas) com partes relacionadas	2019	2018
Despesas de juros - operações de mútuos	(28.648)	(34.690)
Varição cambial - operações de mútuo	(58.287)	(195.306)
Varição cambial - invoices	(156)	77
Custo de materiais e serviços aplicados no projeto P74	(85)	(2.389)
Despesas operacionais compartilhadas TSE	(12.413)	-
Despesas operacionais compartilhadas TSE P74	(3.300)	(4.095)
Despesas operacionais compartilhadas TSE - MV31	(226)	-
Despesas operacionais compartilhadas TSE - BDV	(52)	-
Despesas operacionais compartilhadas TSE - MV32	(3)	-
	<b>(103.170)</b>	<b>(236.403)</b>

## 11. Fornecedores:

Circulante	2019	2018
Nacionais	10.522	3.603
Estrangeiros	4.681	3.534
	<b>15.203</b>	<b>7.137</b>

## 12. Obrigações Trabalhistas:

2019	2018	
Salários e Pró-labore a pagar	2.632	584
FGTS	441	129
INSS	1.850	390
Provisão de Férias, 13º e Encargos Sociais	3.381	2.472
Provisão para desmobilizações	2.240	-
	<b>10.544</b>	<b>3.575</b>

## 13. Impostos a Recolher:

2019	2018	
Retenções IR sobre folha	-	381
Retenções Terceiros (IR, INSS, ISS e PCC)	726	32
PIS e COFINS	701	33
ICMS	711	-
IRPJ e CSLL	900	-
	<b>3.038</b>	<b>446</b>

## 14. Adiantamento de Clientes:

Circulante	2019	2018
MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd	67.003	-

## 15. Provisões:

Circulante	2019	2018
Provisão de custos incorridos	32.504	28.783
Provisão de perda	-	1.369
	<b>32.504</b>	<b>30.152</b>

## Não circulante

2019	2018	
Provisão para contingências trabalhistas	12.218	7.779
Provisão para contingências tributárias	13.642	-
	<b>25.860</b>	<b>7.779</b>
	<b>58.364</b>	<b>37.931</b>

**16. Arrendamentos (IFRS 16):** A Companhia identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 2019, o saldo de arrendamentos a pagar era de R\$ 49.

**17. Patrimônio Líquido: (a) Capital social:** O capital social em 31/12/2019 é de R\$ 57.809.195,00 (R\$ 57.809.195,00 em 2018), representado por 57.809.195 quotas no valor nominal unitário de R\$1 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

Quotas	%
57.809.194	99,99
1	0,01
<b>57.809.195</b>	<b>100,00</b>

TS Participações e Investimentos S.A.  
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.

As demonstrações financeiras apresentam um saldo de capital no valor de R\$ 60 a ser integralizado pela sua controladora TS Participações e Investimentos S/A.

**(b) Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 2014, os quotistas aportaram R\$ 11.658.508,41 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, que somados ao saldo existente em 2011, montou o total de R\$ 14.252.528,00. Deste total, R\$ 10.973.195,00 foram utilizados para aumento de capital em 2014, ficando o saldo remanescente, de R\$ 3.279.333,00.

## 18. Receita Líquida

2019	2018	
Receita P74	52.936	218.427
Receita MV31	81.892	-
Receita BDV	7.520	-
Receita MV27	3.268	-
Receita outros projetos	1.376	2.392
	<b>146.992</b>	<b>220.819</b>

## Impostos sobre vendas

ISS	(270)	(95)
PIS e COFINS	(752)	(20)
ICMS	(651)	-
	<b>(1.673)</b>	<b>(115)</b>
	<b>145.319</b>	<b>220.704</b>

As receitas de prestação de serviços de contratos de longo prazo são reconhecidas com base no método contábil da evolução financeira da obra, que exige o reconhecimento de seus resultados na medida em que são incorridos os custos da prestação dos serviços.

## 19. Custos:

2019	2018	
Pessoal, encargos e benefícios	(53.793)	(55.213)
Materiais	(17.914)	(25.930)
Custo com material aplicado	(11.947)	-
Serviços de terceiros	(32.015)	(56.316)
Custos operacionais compartilhados TSE	(3.581)	-
Aluguéis	(2.481)	(2.066)
Depreciação e amortização	(1.696)	(2.649)
Outros custos	(8.665)	(8.898)
REINTEGRA (Nota 7)	-	56.523
Provisão para perda	1.641	6.755
Provisão para contingências	(11.885)	-
Aproveitamento Crédito PIS e COFINS extemporâneo (Nota 7)	38.638	-
	<b>(103.698)</b>	<b>(87.794)</b>

## 20. Despesas Gerais e Administrativas:

2019	2018	
Pessoal, encargos e benefícios	(6.920)	(6.100)
Serviços de terceiros	(6.909)	(4.760)
Despesas com serviços compartilhados TSE	(12.413)	-
Aluguéis e utilidades	(182)	(92)
Seguros e garantias	(392)	(616)
Viagem e locomoção	(310)	(132)
Materiais	(770)	(508)
Depreciação e amortização	(10.654)	(11.103)
Outras despesas comerciais e administrativas	(2.483)	(4.277)
Aproveitamento Crédito PIS e COFINS extemporâneo (Nota 7)	27.626	-
	<b>(13.407)</b>	<b>(27.588)</b>

## 21. Resultado Financeiro, Líquido:

Receitas financeiras	2019	2018
Descontos obtidos	68	525
Rendas pré-fixadas sobre aplicações	535	532
Rendimentos financeiros	437	30
Juros s/empréstimos de mútuo	72	400
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(50)	260
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	1	1
	<b>1.063</b>	<b>1.748</b>
	<b>193.885</b>	<b>198.538</b>
Varição cambial ativa	<b>194.948</b>	<b>200.286</b>

## A Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha  
Contador - CRC/RJ 092631/O-3

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

para a determinação da receita.

- Procedimentos de confirmação de contas a receber, adiantamentos recebidos, além de outras informações importantes do contrato, diretamente com o cliente da empresa.
- Exame documental que suporta o reconhecimento dos custos do projeto.
- Recálculo dos valores que constituem o reconhecimento da receita.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

## Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos obtidos	(28.648)	(34.860)
Multa sobre atraso de pagamento	(476)	1.595
Tarifas bancárias - IOF	(185)	(988)
	<b>(29.309)</b>	<b>(34.253)</b>
	<b>(252.618)</b>	<b>(302.162)</b>
	<b>(281.927)</b>	<b>(336.415)</b>
	<b>(86.979)</b>	<b>(136.129)</b>

Varição cambial passiva

**Resultado financeiro, líquido**

**22. IR e CS Corrente:** A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 é conforme segue:

	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	2018
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IR e CS	(9.877)	(30.908)	(108.889)	91.709	(33.050)
(+) Adições definitivas	5.981	7.939	13.332	2.680	39.273
(-) Exclussões definitivas	-	-	-	(66.182)	-
(+) Adições temporárias	55.932	42.576	135.475	80.155	2.661
(-) Exclussões temporárias	(57.148)	(31.232)	(45.548)	(104.487)	(59.156)
<b>Lucro (Prejuízo) ajustado pela legislação fiscal</b>	<b>(5.112)</b>	<b>(11.625)</b>	<b>(5.631)</b>	<b>3.875</b>	<b>(50.272)</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	(1.163)	-
<b>Lucro Fiscal após compensação</b>				<b>2.712</b>	
À Alíquota de 15%				407	
Adicional				265	
IPRJ antes da dedução PAT				672	
CSLL antes da dedução PAT				244	
PAT				(16)	
<b>IRPJ a provisionar</b>				<b>656</b>	
<b>CSLL a provisionar</b>				<b>244</b>	

Anualmente, o Grupo avalia a probabilidade de ocorrência de lucro tributável e a consequente absorção de prejuízos fiscais. Em 2018, a EBR reconheceu o valor de R\$ 5.484 de tributos diferidos ativos referentes ajustes de compensação com outros tributos federais próprios e de empresas coligadas com investidoras em comum, conforme Medida Provisória nº 766/2017, que instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT), e conforme a Lei nº 13.496/2017, resultado da conversão da Medida Provisória ("MP") nº 783/2017 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**23. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2019 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados monta R\$ 3.502 (R\$ 4.446 - 2018) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

**24. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela EBR restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2019 e 2018 são Caixa, bancos e aplicações financeiras.

**Risco de crédito:** A EBR somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de risco implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a EBR possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

**Gestão de risco de capital:** Os objetivos da EBR ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Operações com instrumentos derivativos:** A EBR não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31/12/2019, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

**25. Seguros (Não Auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2019, a EBR apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos Cobertos	Montante da cobertura	
	Indenização integral	100% FIPE	
	Perda parcial	100% FIPE	
	Danos materiais a terceiros	R\$ 100	
	Danos corporais a terceiros	R\$ 500	
Automóveis	Danos morais	R\$ 30	
Responsabilidade Civil Profissional	Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros	R\$ 800	
Riscos operacionais	Riscos gerais operacionais	R\$ 320.000	
	Perda Total, Assistência a Casco marítimo	Salvamento, Responsabilidade Civil por Abaloação, Avaria Particular	190
	Responsabilidade civil	100	

**26. Eventos Subsequentes:** Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma medida de impacto relevante havia sido tomada.

Aos Srs. Diretores e Quotistas da Estaleiros do Brasil Ltda. São José do Norte - RS.

## Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Estaleiros do Brasil Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estaleiros do Brasil Ltda., em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

## Principais assuntos de auditoria: